

O ENSINO DA GEOGRAFIA NA ATUALIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Janete Aparecida Gomes Zuba¹

Resumo: O mundo globalizado, cujas transformações exigem novos saberes, fez surgir a exigência de novas práticas educativas, na tentativa de substituir as idéias tradicionais na formação do saber. Enfrentar os desafios propostos exige, simultaneamente, uma reforma do pensamento e uma reforma do ensino. Face a essas transformações, a Geografia, como matéria que se ocupa do território, deve levar em conta essas transformações não somente na incorporação dos conteúdos e temas a serem trabalhados, mas também na metodologia e as atitudes a desenvolver em sala de aula, bem como as expectativas dos educandos.

Palavras-chave: educação geográfica; diversidades; perspectivas.

Introdução

Nada mais desafiador do que propor mudanças e reformulações no ensino em época de incertezas, sobretudo no âmbito do ensino de Geografia, disciplina que tem por definição a análise da organização/produção do espaço. Não é uma tarefa simples, porém trata-se de um trabalho necessário. Nessa direção, acredito que nós, profissionais do ensino básico, ou da Universidade, precisamos empenhar-nos para o desenvolvimento tanto de nossa consciência crítica, como também de nossos alunos. Não há dúvida de que a escola/universidade comprometida com o desenvolvimento, acima de tudo social, pode e deve contribuir para dias melhores na realidade educacional.

As ciências humanas abrangem uma área do conhecimento humano nutrida pelo saber produzido por várias ciências, tais como a Sociologia, Antropologia, História, Economia e Política. Todas essas ciências apresentam, como objeto de estudo, o

¹ Professora de Prática de Formação e Estágio Supervisionado no Curso de Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: janete.zuba@unimontes.br.

homem em suas relações. Nelas, o homem interage com o meio natural onde vive, com os recursos criados historicamente por outros homens e, principalmente, com outros homens, outros grupos sociais. Destaco, aqui, a Geografia na escola, como uma abertura para as ciências humanas, sociais e naturais.

Na área de Ciências Sociais, talvez seja a Geografia a mais questionada por seus conteúdos e pelos problemas que apresenta seu ensino na sala de aula. As dificuldades que os professores enfrentam são muitas e variadas. O professor ensina sempre o mesmo conteúdo e do mesmo modo, provocando um mal-estar nos alunos, que reagem insatisfeitos com tal disciplina. Muitos autores se referem a esse mal-estar, estendendo-o também aos docentes. No caso dos primeiros, trata-se do fato de terem que aprender conteúdos geralmente afastados de suas inquietudes e interesses. Na verdade, a Geografia escolarizada muitas vezes não apresenta o colorido da realidade contemporânea, descrevendo partes do planeta e relatando suas características como algo estático.

O ensino de Geografia, como ressalta Cavalcanti (2005), aborda duas realidades que podem ser distinguidas por duas práticas: uma já instituída, tradicional, marcada por mecanismos conhecidos como a reprodução de conteúdos, o formalismo, o verbalismo, a memorização; outra prática, as alternativas, se referem a algumas experiências e encaminhamentos que começam a ganhar consistência, fundamentados, em muitos casos, em visões construtivistas de ensino. Nessa segunda, há de considerar-se, no ensino, a construção do conhecimento por parte dos alunos. Proponho, então, que se discuta como a educação geográfica pode favorecer efetivamente a construção do conhecimento na atualidade.

A concepção pretendida da educação geográfica

A educação geográfica vive um momento rico, mas, ao mesmo tempo, complexo, com questionamentos e propostas de mudanças. Conforme ressalta Vesentini (2004, p. 220),

[...] o ensino de Geografia no Brasil vive uma fase decisiva, um momento de redefinições impostas tanto pela sociedade em geral – pelo avançar da Terceira Revolução Industrial e da globalização, pela necessidade de (re) construir um sistema escolar que contribua para a formação de cidadãos conscientes e ativos – como também pelas modificações que ocorrem na ciência geográfica.

Nessa perspectiva, questionam-se as propostas prontas, que não têm conseguido entrar em definitivo na vida das escolas. A construção de currículos sempre se coloca por meio de contradições – se de um lado é um ato democrático, de outro é, muitas vezes, percebido como impositivo, o que não contribui para a melhoria efetiva das atuais condições de ensino. Os guias ou propostas curriculares, como o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs - de Geografia, do Ensino Fundamental

(5^a a 8^a série), por serem detalhistas e valorizarem o conteúdo curricular, explicitando a matéria específica para cada série e semestre, “[...] na realidade mais atrapalham do que ajudam e constituem um estorvo para os professores que procuram levar em conta a realidade de seus alunos” (VESENTINI 2004, p. 239). Vejo, então, como auspiciosos, os esforços por tornarem mais densa a discussão de tais propostas implementadas tanto em âmbito nacional como regional, que devem resultar de um profundo conhecimento da realidade dos alunos (intelectual, socioeconômica, psicogenética, de experiência de vida). O conteúdo deve ser constantemente reelaborado, considerando-se seus resultados, bem como fatores imprevisíveis inerentes a qualquer sociedade democrática.

As várias abordagens atuais, no âmbito da ciência geográfica, expressam-se timidamente na escola. Transpor os conteúdos da Geografia acadêmica para a Geografia escolar, levando em consideração suas especificidades e propósitos que estão intrinsecamente relacionados, torna-se complexo, diante da diversidade de concepções teóricas existentes. É evidente que, para produzir transformações e inovações substanciais na qualidade do ensino-aprendizagem, não se pode desconhecer a importância de como aproximar os conteúdos às possibilidades concretas dos alunos, ou seja, atender às mediações didáticas necessárias e pertinentes para converter os conteúdos das disciplinas em conteúdos escolares. Uma reflexão profunda sobre a Geografia escolar não pode distanciar-se das discussões teórico-metodológicas da Geografia acadêmica e vice-versa.

Nessa direção, penso ser necessário considerar, inicialmente, que a educação geográfica contribui para o desenvolvimento da autonomia, a compreensão dos direitos e de nosso lugar no mundo, de como as pessoas se relacionam com as demais, em seus entornos. A investigação possibilita a ampliação da compreensão cultural, a interação em escala local, regional e global. Nesse sentido, os educandos têm direito à oportunidade de desenvolver seus valores sociais, culturais e ambientais, através da educação geográfica, que promoverá seu desenvolvimento como pessoas geograficamente informadas. Contudo, ressalta-se o significado da educação geográfica na formação de um indivíduo crítico para o exercício da cidadania (que se faz necessária, no processo de globalização), no desenvolvimento da consciência crítica e em sua postura frente à realidade.

A Geografia possibilita, com seu arcabouço teórico-metodológico, compreender o espaço construído pelos homens, situado num tempo e espaço localizados concretamente. Oferece, ainda, subsídios para a observação, descrição e análise da dimensão espacial da vida humana, visível pela paisagem, e encaminha a “ver por detrás” da mesma, considerando a dimensão histórica da materialização dos processos sociais que a formaram. A concepção pretendida, hoje, da Geografia, é fornecer subsídios que permitam ao aluno compreender a realidade que o cerca em sua dimensão espacial, tanto física quanto humana, e no contexto de suas transformações, velocidade e complexidade, posto ser esta a contribuição específica da Geografia em qualquer instância, seja relacionada à pesquisa, ao ensino e à própria vida.

Espaço escolar como lugar de culturas variadas

As situações problemáticas do cotidiano, sobretudo quando sua atuação envolve o espaço, em qualquer escala, devem constituir-se em objeto de estudo da Geografia e, por conseguinte, devem ser trabalhadas na sala de aula. Então, não percamos de vista o fato de que o educando é o sujeito ativo de seu processo de formação e de desenvolvimento, tanto intelectual, quanto afetivo e social. Fundamento-me em Cavalcanti (2005, p. 66), ao enfatizar que o professor tem o papel de mediador do processo de formação do aluno:

a mediação própria do trabalho do professor é a de favorecer/propiciar a interação (encontro/confronto) entre o sujeito (aluno) e o seu objeto de conhecimento (conteúdo escolar). Nessa mediação, o saber do aluno é uma dimensão importante do seu processo de conhecimento (processo de ensino-aprendizagem).

Nessa perspectiva, relaciono o espaço escolar como um lugar de culturas variadas, de encontro de culturas. Torna-se relevante enfrentar, entre outras, a “cultura geográfica”, pois na prática do dia-a-dia, os alunos constroem conhecimentos geográficos. “É preciso considerar esses conhecimentos e a experiência cotidiana dos alunos, suas representações, para serem confrontados, discutidos e ampliados com o saber geográfico mais sistematizado” (CAVALCANTI, 2005, p. 68). É importante realizar o ensino contando com a diversidade dos alunos, que são sujeitos ativos de seu processo de conhecimento. A diversidade em sentido mais amplo relaciona-se às diferentes esferas da vida, tratando-se, assim, da diversidade biológica, econômica, social, geográfica, cultural, dentre outras. Na escola, convivemos com a diversidade dos sujeitos, e tal fato deve estimular o professor a assumir uma postura investigativa que o auxilie, na análise das práticas e dos saberes ensinados, a compreender os entraves e os avanços da diversidade presente na escola e, assim, entender melhor os saberes, valores e culturas dos alunos, propondo e testando alternativas.

Devido às mudanças (configuradas na globalização) em matéria tecnológica, às novas formas da economia, da política, à multiculturalidade e às transformações sociais contemporâneas, torna-se necessário que os professores possam refletir sobre como mediar tal diversidade no ensino, uma vez que ela extrapola a bagagem de conhecimentos, valores e significados que os alunos possuem.

Educação geográfica com vistas à realidade local

Diante do quadro, que tem como preocupação a prática do ensino de Geografia no sentido de contemplar a diversidade existente nas escolas, reporto-me ao ensino de Geografia no Norte de Minas Gerais.

Ressalto, aqui, particularmente, o atual cenário político-educacional no Norte de Minas, onde se torna cada vez mais necessário buscar valorizar a escola pública e

gratuita, com a oferta de um ensino de qualidade para todos. Entendo que, para levar adiante as propostas de ensino escolarizado nessa região, é preciso preparar profissionais que desenvolvam competências mais específicas, que expressem os resultados a serem buscados na prática pedagógica, sem perder de vista nossa realidade. Cabe ressaltar que o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri apresentam os piores indicadores socioeconômicos do estado de Minas Gerais, como descreve o Plano de Desenvolvimento Institucional 2005-2009, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes):

o PIB *per capita* médio do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (R\$2.920,00) representava 53% ou pouco mais da metade da média do Estado (R\$5.517,80), em 2000. A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais era de 29%, muito superior à média do Estado, de 12%. Em alguns municípios, como Fruta de Leite, Josenópolis, Ninheira, Crisólita e Setubinha, a taxa é superior a 40%. O IDH médio dessas regiões era de 0,651 em 2000, enquanto a média de Minas Gerais era de 0,719. E, de acordo com o *Atlas da Exclusão Social no Brasil*, elaborado sob a coordenação de Márcio Pochmann & Ricardo Amorim, dos 100 municípios de Minas Gerais que apresentaram o pior índice de exclusão em 2000, 90 estão localizados no Norte de Minas e nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Dos 222 municípios mineiros que apresentaram índice superior a 0,500, Montes Claros foi o único da região incluído. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS, 2005, p. 7).

Nesse caso, percebe-se a urgência de incorporar uma política de educação regional que possa, de fato, gerar o crescimento econômico, social, científico e cultural das regiões menos desenvolvidas de Minas Gerais. É necessária uma estratégia para melhorar o desempenho das escolas públicas e, assim, contribuir para a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado.

Então, o currículo de Geografia, aplicado nessas escolas, deve permitir a consideração do ensino a partir da realidade local repleta de diversidades, que culminam com a desigualdade social da região. Nesse sentido, a estrutura curricular do ensino de Geografia no Norte de Minas deve oportunizar a formação de um sujeito que possa contribuir para modificar sua realidade, com vistas a uma melhor qualidade de vida. Pensar o ensino de Geografia na realidade do Norte de Minas é pensar o espaço onde os alunos estão inseridos, é pensar o território e a paisagem – com suas características próprias, mas inseridas numa totalidade que é local, regional, nacional e global. Os procedimentos metodológicos de ensino e a estrutura curricular devem levar em consideração esse contexto, estabelecendo as devidas conexões. Concordo com Andrade (2001, p. 13), quando resalta que “o grande dilema do geógrafo e da Geografia brasileira é analisar e procurar soluções para alguns problemas fundamentais, como o da pobreza e o do desnível do desenvolvimento regional”. E isso pode começar por meio do ensino dos conceitos elementares de Geografia, desde as séries iniciais, considerando a diversidade existente no espaço da sala de aula e da escola.

O ensino de Geografia, juntamente com as outras disciplinas da área de Ciências Sociais, tem o objetivo de analisar, interpretar e pensar criticamente a realidade social, pois é através dela que se extraem os elementos para se refletir a respeito do mundo. Então, na educação básica, precisamos ensinar a partir da leitura da vida e do espaço de vivência, por meio de marcos referenciais, conceitos, conteúdos, metodologias e técnicas, para levar adiante a importante tarefa de, juntos, professores e alunos, conhecerem a nova arquitetura do mundo. Contudo, o olhar espacial é o método a usar no ensino de Geografia, ou seja, o modo como devemos estudar a realidade que tem a ver com a vida dos alunos.

O olhar espacial supõe desencadear o estudo de determinada realidade social verificando as marcas inscritas nesse espaço. O modo como se distribuem os fenômenos e a disposição espacial que assumem representam muitas questões que, por não serem visíveis, têm de ser descortinadas, analisadas através daquilo que a organização espacial está mostrando (CALLAI, 2000, p. 94).

É por intermédio do olhar espacial que compreendemos as dinâmicas sociais, como ocorrem as relações entre os homens e quais as condições, limitações e possibilidades econômicas e políticas que nelas interferem. O ensino de conteúdos vinculados à forma e à dinâmica dos territórios do mundo contemporâneo supõe abordar, concomitantemente, conceitos e categorias geográficas, além da revisão das próprias práticas docentes e da análise crítica de propostas didáticas concretas.

A intenção é aproximar dos alunos ferramentas conceituais para compreenderem os problemas socioterritoriais, bem como levantar hipóteses sobre os efeitos presentes e futuros nos territórios e, assim, imaginar outros cenários possíveis. Contudo, o desenvolvimento dos sujeitos, não somente na esfera intelectual, mas também quanto às habilidades de comunicação e solidariedade, será facilitado, se os alunos se confrontarem com propostas diversificadas e desafiantes do ponto de vista conceitual. Ressaltamos que, de acordo com Gurevich (1998), conceitos e problemas são ferramentas importantes para se desenvolver um trabalho pedagógico em sala de aula. Os conceitos permitem-nos fugir das longas listas de objetos, nomes, quantidades, como assimilados na Geografia clássica, bem como dos dados brutos. Os problemas propiciam pensar os fatos de modo contextualizado e estabelecer relações causais ou intencionais entre eles. Como podemos constatar, na visão de Gurevich (1998, p. 160-161):

los conceptos permiten englobar, abstraer y trascender las informaciones particulares, convirtiéndose así en herramientas básicas para la comprensión. Los conceptos son construcciones históricas y, por lo tanto, cambiantes. Esto significa que como el mundo cambia, las formas de conocerlo e interpretarlo también lo hacen. Sin embargo, puede suceder que continúen empleándose viejos esquemas de significado para nombrar objetos y realidades nuevas.

Para a autora, nas ciências sociais (em nosso caso, a Geografia), existe, de forma permanente, uma ressignificação dos conteúdos, uma reformulação de seu significado e um processo contínuo dotado de novos sentidos que acontecem provisoriamente. “*Estamos frente a nuevos contenidos y a nuevos proyectos conceptuales, en tanto ha variado su significado y su correspondencia con fenómenos y procesos históricamente nuevos*” (GUREVICH, 1998, p. 161). Nesse caso, na escola, não podemos continuar empregando as mesmas definições, falando de conceitos da mesma maneira, haja vista que tais termos se modificaram conforme a própria História.

O ensino de Geografia deve considerar as características teórico-metodológicas apropriadas para cada nível de escolaridade, identificar as desigualdades sociais – de modo a criar relações efetivas entre a escola e o imediato concreto – estruturadas em um determinado tempo e espaço, problematizando-as e despertando os alunos para a procura de alternativas para diminuí-las.

Ao construir os conhecimentos por meio dos conceitos de espaço (produzido pelo homem) e tempo, Callai e Callai (2003) lembram-nos que é importante estudar as relações sociais que se vão estabelecendo entre as pessoas, bem como entre os distintos grupos sociais. Assim, “o espaço diferenciado ocupado por um ou outro grupo ou atividade e as relações que se estabelecem; o tempo, como presente vivo e passado vivido, dimensões necessárias para o viver individual e societário” (CALLAI e CALLAI, 2003, p. 65). O aluno forma, no decorrer do ensino da 1ª à 8ª série, como ponto de partida para o entendimento do espaço, os conceitos-chave de natureza operativa da Geografia, tais como: lugar, região, território e paisagem. Não se trata, aqui, de oferecer às crianças um conceito já pronto e acabado. Ao contrário, trata-se de oportunizar que ela mesma vá construindo seu conhecimento, a partir da realidade próxima. Para isso, o professor deve possuir um conhecimento mais elaborado dos conceitos geográficos, para que possa transpô-los em sua prática, com experiência e sensibilidade, sem maiores embaraços. Pensamos que a formação do professor não se restringe às preocupações metodológicas, mas, sim, pressupõe os fundamentos teóricos, bem como as possíveis formas de tornar a investigação uma prática cotidiana. Para tanto, faz-se necessária uma formação inicial sólida, de maneira que o professor possa (no caso particular do ensino de Geografia) ter domínio dos conceitos geográficos, conteúdos, metodologias e técnicas, uma vez que se pretende que os alunos possam formar-se e transformar-se em cidadãos sintonizados com o mundo complexo.

O conceito de espaço é fundamental no discurso geográfico, visto que é nele que se constroem os imaginários territoriais, que definem nossas identidades – de aceitarmos quem somos, de refletirmos sobre quem somos. Nele, as culturas são manifestadas e os costumes são consolidados; é, portanto, o local onde as coisas acontecem. Tudo isso num determinado lugar (espaço) e num dado momento (tempo). O espaço, como nos ensina Milton Santos, impõe-se “através das condições que ele oferece

para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de viver bem” (SANTOS, 1996, p. 45).

O estudo do espaço possibilita ao ensino de Geografia trabalhar com as categorias de análise da paisagem, do território, que contêm o lugar e a região, diretamente ligadas à vivência concreta dos alunos, devendo, portanto, estar situadas nas atividades que os mesmos realizam. Entretanto, não devem ser esgotadas em si mesmas, mas situadas no contexto da educação básica.

No processo de conhecimento da realidade social, a Geografia tem um lugar importante. Trabalhar no presente, tentando entender o mundo real e suas transformações, é o grande desafio do ensino de Geografia. Para tanto, não podemos perder de vista o caminho interdisciplinar para captar a profundidade das relações conscientes entre pessoas, entre elas e as coisas. Fazenda (1997, p. 17) não nos deixa dúvida quando afirma que “pensar interdisciplinar parte do princípio de que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional. Tenta, pois, o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpretar por elas”. Numa perspectiva interdisciplinar, por meio do diálogo e da pesquisa, que constroem coletivamente novo conhecimento, professores e alunos devem trabalhar unidos, conhecerem-se e entrosarem-se para, juntos, vivenciarem uma ação educativa mais apropriada.

A pesquisa não é, ou não deveria ser, estranha ao processo de ensino-aprendizagem. Na medida em que o local (ou o nacional) está ligado, de uma maneira ou outra, ao global, a complexidade do mundo não seria mais acessível aos estudantes, se estimulados a identificarem um problema do (no) meio em que vivem, e a proporem soluções? Na interface entre ensino-aprendizagem e pesquisa, as relações entre o local (ou nacional) e o global seriam, certamente, apreendidas durante a realização das atividades na aula de Geografia! Nesse sentido, qual é o novo papel do ensino de Geografia, nos níveis fundamental e médio? Não seria o de articular o local, o regional, o nacional, o mundial, para formar um cidadão ativo – local e globalmente –, considerando a complexidade do mundo?

Tais ponderações, refletem a crença de que seja possível um novo Norte de Minas, melhor para se viver, e a educação escolar é fundamental nessa perspectiva. Todavia, há que se correr riscos e acompanhar cuidadosamente as realizações. Há, ao mesmo tempo, que se preservar uma perspectiva de sonho.

Considerações finais

É de fato inegável a relevância de levar adiante as propostas de ensino escolarizado nesta região. Para tanto, é preciso preparar profissionais que desenvolvam competências mais específicas, que expressem os resultados a serem buscados na prática pedagógica, sem perder de vista nossa realidade. Dessa maneira, formar-se-á um

profissional preparado para combinar valores, habilidades e técnicas na sala de aula, mostrando a contribuição do ensino de Geografia para o enfrentamento dos desafios do mundo contemporâneo e, em particular, os desafios de mudança e reconstrução das propostas sociais da região, por se tratar de uma área carente de transformação política, econômica e social.

Insisto, então, mais uma vez, em que existem condições objetivas para um salto qualitativo no ensino-aprendizagem da geografia. Uma análise crítica voltada para a realidade do Norte de Minas Gerais, onde prevalecem as desigualdades econômicas e sociais, é imprescindível para um ensino de geografia na formação do professor, de modo que suas práticas concretas gestem novas propostas que confirmem alternativas a um ensino na perspectiva da transformação da realidade regional.

Abstract: The Globalized world, whose changes demand for new knowledge, caused the emergency of demands for new educational practices, in an attempt to replace the traditional ideas in the knowledge formation. Facing the proposed challenges requires, simultaneously, a thought reform as well as an education reform. Due to these transformations, the Geography, as a subject that is in charge of the territory, should consider these changes not only in the embodying of the contents and themes, but also in the methodology and the attitude to be developed in the classroom, as well as the students' expectations.

Key words: Geographic education, diversity, perspectives.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. Trajetória e compromisso da geografia brasileira. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A Geografia na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 9-13. Repensando o Ensino.

CALLAI, Helena Coppeti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000, p. 83-134.

_____. O ensino de geografia: recortes espaciais para análise. IN: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos *et al.* **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2003, p. 58–63.

CALLAI, Helena Coppeti; CALLAI, Jaeme Luiz. Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos [et. al.] **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Associação dos Geógrafos

Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2003, p. 65 – 75.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

_____. Ensino de geografia e diversidade: construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos diversos sujeitos do processo de ensino. In: CASTELLAR, **Educação geográfica: teorias e prática docentes**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 66-78.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1997.

GUREVICH, Raquel. Conceptos y problemas em geografia. herramientas básicas para una propuesta educativa. Em: Aisemberg, B. y S. Alderoqui (comp). **Didácticas de las Ciencias Sociales II**. Teorías con prácticas. Buenos Aires: Paidós, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

VESENTINI, José William. Realidades e perspectivas do ensino de geografia no Brasil. In: VESENTINI, José William (org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004. p. 219-248.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2005-2009**. Montes Claros, 2005. Disponível em: <<http://www.unimontes.br/arquivos/legislacao/PDI-UNIMONTES-V.2-2005-2009V3.pdf>>. Acesso em: 06 de mar. de 2006.